

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 25/2020

REGULAMENTA A MODALIDADE DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS, INCLUÍDOS OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA, NO AMBITO DO CONSÓRCIO CONSAD, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Consórcio Interestadual e Intermunicipal de municípios de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul de Segurança Alimentar, Atenção a Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local – CONSAD, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 07.242.972/0001-31, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Renato Paulata, Prefeito do Município de Tunápolis - SC, no uso de suas atribuições estatutárias e o disposto no art. 2º, § 1º, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, RESOLVE:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta resolução regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia.

Parágrafo único: O procedimento de licitação previsto no caput é de observância obrigatória pelos órgãos da administração pública, sempre que envolver a utilização de recursos recebidos da União decorrentes de transferências voluntárias, tais como convênios e contratos de repasse, exceto nos casos em que a Lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aso que lhe são correlatos.

§1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.

§ 2º As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, resguardados o interessa da administração, o princípio da isonomia, à finalidade e a segurança da contratação.

Art. 3º Para fins do disposto nesta resolução considera-se:

I – Aviso do edital – documento que contém:

- a) A definição precisa, suficiente e clara do objeto;

- b) A indicação dos locais, das datas e horários em que poderá ser lido ou obtido o edital;
- c) O endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e horário de sua realização;

II – Bens e serviços comuns – bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

III – Bens e serviços especiais – bens que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados serviços comuns, nos termos do Inciso II;

IV – Estudo técnico preliminar – documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, que caracteriza o interesse público envolvido e a melhor solução ao problema a ser resolvido e que, na hipótese de conclusão pela viabilidade da contratação, fundamenta o termo de referência;

V - Lances intermediários – lanceis iguais ou superiores ao menor já ofertado, porem inferiores ao último lance dado pelo próprio licitante;

VI – Obra – construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação de bem móvel, realizada por execução direta ou indireta;

VII – Serviço – atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da administração pública;

VIII – Serviço comum de engenharia – atividade ou conjunto de atividades que necessitam de participação e de acompanhamento de profissional de engenheiro habilitado, nos termos do disposto na Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado;

IX – Sistema de cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF – ferramenta informatizada, integrante da plataforma do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, disponibilizada pelo Ministério da Economia, para cadastramento dos órgãos e das entidades da administração pública, das empresas públicas e dos participantes de procedimentos de licitação, dispensa ou inexigibilidade promovidos pelos órgãos e pelas entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG;

X – Termo de referência – documento elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, que deverá conter:

- a) Os elementos que embasam a avaliação de custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:
 - 1. A definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;
 - 2. O valor estimado do objeto da licitação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado; e
 - 3. O cronograma físico-financeiro, se necessário;
- b) O critério de aceitação do objeto;
- c) Os deveres do contratado e do contratante;
- d) A relação de documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;
- e) Os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;

- f) O prazo para execução do contrato; e
- g) As sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara.

Art. 4º O pregão, na forma eletrônica, não se aplica a:

- I- Contratação de obras;
- II- Locações imobiliárias e alienações; e
- III- Bens e serviços especiais, incluídos os serviços de engenharia enquadrados no disposto no inciso III do caput do art. 3º.

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 5º O pregão, na forma eletrônica, será realizado quando a disputa pelo fornecimento de bens ou pela contratação de serviços comuns, ocorrer à distância e em sessão pública, por meio do Portal de Compras Públicas , disponível no endereço eletrônico www.portalcompraspublicas.com.br , ou outro que vier a substituí-lo.

Parágrafo Único – O sistema de que trata o caput está dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam as condições de segurança nas etapas do certame.

Art. 6º A realização do pregão, na forma eletrônica, observará as seguintes etapas sucessivas:

- I- Planejamento da contratação;
- II- Publicação do aviso de edital;
- III- Apresentação de propostas e de documentação de habilitação;
- IV- Abertura da sessão pública e envio de lances, ou fase competitiva;
- V- Julgamento;
- VI- Habilitação;
- VII- Recursal;
- VIII- Adjudicação; e
- IX- Homologação.

Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo Único – Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas em edital.

Art. 8º O processo relativo ao pregão, na forma eletrônica, será instruído com os seguintes documentos, no mínimo:

- I- Estudo técnico preliminar, quando necessário;
- II- Termo de referência;

- III- Planilha estimativa despesa;
- IV- Previsão dos recursos orçamentários necessários, com a indicação das rubricas, exceto na hipótese de pregão para registro de preços, conforme o caso;
- V- Autorização de abertura da licitação;
- VI- Designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- VII- Edital e respectivos anexos;
- VIII- Minuta do termo de contrato, ou instrumento equivalente, ou minuta de ata de registro de preços, conforme o caso;
- IX- Parecer jurídico;
- X- Documentação exigida e apresentada para habilitação;
- XI- Proposta de preços do licitante;
- XII- Ata sessão pública, que conterá os seguintes registros, entre outros:
 - a) Os licitantes participantes;
 - b) As propostas apresentadas;
 - c) Os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
 - d) Os lances ofertados, e na ordem de classificação;
 - e) A suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
 - f) A aceitabilidade da proposta de preço;
 - g) A habilitação;
 - h) A decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
 - i) Os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões; e
 - j) O resultado da licitação;
- XII- Comprovante das publicações:
 - a) Do aviso de edital;
 - b) Do extrato do contrato; e
 - c) Dos demais atos cuja publicidade seja exigida; e
- XIII- Ato de homologação.

§1º A instrução do processo licitatório poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, de modo que os atos e os documentos de que trata este artigo, constantes dos arquivos e registros digitais, serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.

§2º A ata da sessão pública será disponibilizada na internet imediatamente após o seu encerramento, para acesso livre.

CAPÍTULO III

DO ACESSO AO SISTEMA ELETRÔNICO

Art. 9º A autoridade competente do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participarem do pregão, na forma eletrônica, serão previamente credenciados, perante o provedor do sistema eletrônico.

§1º O credenciamento para acesso ao sistema ocorrerá pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível.

§2º Caberá à autoridade competente do órgão ou da entidade promotora da licitação solicitar, junto ao provedor do sistema, o seu credenciamento, o do pregoeiro e dos membros da equipe de apoio.

Art. 10º O credenciamento no sistema permite a participação dos interessados em qualquer pregão na forma eletrônica, salvo quando, por solicitação do credenciamento, seja inativado ou excluído e/ou não preencha as condições estabelecidas pelo sistema designado.

§1º É de responsabilidade exclusiva do licitante qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema a ser utilizado ou ao órgão da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido, ainda que por terceiros.

§2º O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

CAPÍTULO IV

DA CONDUÇÃO DO PROCESSO

Art. 11º O pregão na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional do órgão central do Portal de Compras Públicas, ou outro que vier a substituí-lo.

Art. 12º Caberá a autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas em Lei:

- I- Designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- II- Indicar o provedor do sistema;
- III- Determinar a abertura do processo licitatório;
- IV- Decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;
- V- Adjudicar o objeto da licitação quando houver recurso;
- VI- Homologar o resultado da licitação; e
- VII- Celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços.

CAPÍTULO V

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Art. 13º No planejamento do pregão, na forma eletrônica, será observado o seguinte:

- I- Elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência;
- II- Aprovação do estudo técnico preliminar e do termo de referência pela autoridade competente ou por quem está delegar;
- III- Elaboração do edital, que estabelecerá os critérios de julgamento e a aceitação das propostas, o modo de disputa e, quando necessário, o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais

entre lances, que incidira tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

IV- Definição das exigências de habilitação, das sanções aplicáveis, dos prazos e das condições que, pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e o atendimento das necessidades da administração pública; e

V- Designação do pregoeiro e de sua equipe de apoio.

Art. 14° O valor estimado ou valor máximo aceitável para a contratação, se não constar expressamente no edital, possuirá caráter sigiloso e será disponibilizado exclusiva e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

§1° O caráter sigiloso do valor estimado ou do valor máximo aceitável para a contratação será fundamentado no §3° do art. 7 da lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, e no art. 20 do Decreto n° 7.724, de 16 de maio de 2012.

§2° Para fins do disposto no caput, o valor estimado ou o valor máximo aceitável para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias à elaboração das propostas.

§3° Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento pelo maior desconto, o valor estimado, o valor máximo aceitável ou o valor de referência para aplicação do desconto constará obrigatoriamente no instrumento convocatório.

Art. 15° Caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem possuir competência, designar servidores para o desempenho das funções desta resolução, observados os seguintes requisitos:

I- O pregoeiro e os membros de apoio serão servidores do órgão ou da entidade promotora da licitação;

§1° A critério da autoridade competente, o pregoeiro e os membros da equipe de apoio poderão ser designados para uma licitação específica, para um período determinado, admitidas reconduções, ou por período indeterminado, permitida a revogação da designação a qualquer tempo.

§2° Os órgãos e as entidades de que trata o §1° do art. 1° estabelecerão planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de pregoeiros, membros da equipe de apoio e demais agentes encarregados da instrução do processo licitatório, a serem implementadas.

Art. 16° Caberá ao pregoeiro, em especial:

I- Conduzir a sessão pública;

II- Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

III- Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

IV- Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

V- Verificar e julgar as condições de habilitação;

VI- Sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

VII- Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando

mantiver sua decisão;

VIII- Indicar o vencedor do certame;

IX- Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

X- Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

XI- Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

Parágrafo Único – O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da Procuradoria/Assessoria Jurídica, a fim de subsidiar sua decisão.

Art. 17º Caberá a equipe de apoio auxiliar o pregoeiro nas etapas do processo licitatório.

Art. 18º Caberá ao licitante interessado em participar do pregão:

I- Na forma eletrônica:

- a) Credenciar-se previamente no sistema eletrônico de licitação utilizado pela Comissão Permanente de Licitação;
- b) Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico de licitação durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
- e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
- g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação e a senha de acesso por interesse próprio.

CAPÍTULO VI

DA PUBLICAÇÃO DO AVISO DE EDITAL

Art. 19º A fase externa do pregão, na forma eletrônica, será iniciada com a convocação dos interessados por meio da publicação do aviso do edital no Diário Oficial do Municípios (DOM), no sítio eletrônico oficial do Consórcio ou do órgão, ou da entidade promotora da licitação.

Art. 20º A íntegra do edital será disponibilizado junto ao sistema Portal de Compras Públicas no endereço eletrônico www.portalcompraspublicas.com.br, e no sítio eletrônico do Consórcio, ou do órgão, ou da entidade promotora do pregão.

Art. 21º Modificações de edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento

isonômico aos licitantes.

Art. 22° Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital.

§1° O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e seus anexos.

§2° As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

Art. 23° Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§1° A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data do recebimento da impugnação.

§2° A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§3° Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

CAPÍTULO VII

DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Art. 24° O prazo fixado para a apresentação das propostas e dos documentos de habilitação não será inferior a 8 (oito) dias úteis, contado da data de publicação do aviso do edital.

Art. 25° Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

§1° A etapa de que trata o caput será encerrada com a abertura da sessão pública.

§2° Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF e de sistemas semelhantes mantidos pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, quando a licitação for realizada por estes entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

§3° O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos em edital, nos termos do disposto no caput, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

§4° O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

§5° A falsidade da declaração que trata o §4° sujeitará o licitante às sanções previstas nesta resolução.

§6° Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

§7° Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, observado o disposto no caput, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo IX.

§8° Os documentos que compõe a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

§9° Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de que trata o §2° do art. 37°.

CAPÍTULO VIII

DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DO ENVIO DE LANCES

Art. 26° A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§1° Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

§2° O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 27° O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos em edital.

Parágrafo Único – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

Art. 28° O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

Parágrafo Único – Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

Art. 29° Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico.

§1° O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

§2° Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

§3° O licitante somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, observado, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

§4° Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

§5° Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

Art. 30° Serão adotados para o envio de lances no pregão eletrônico os seguintes modos de disputa:

- I- Aberto – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme critério de julgamento adotado no edital; ou
- II- Aberto e Fechado – os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento adotado no edital.

Parágrafo Único – No modo de disputa aberto, o edital preverá intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

Art. 31° No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 30°, a etapa de envio de lances na sessão pública durante dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

§1° A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o caput, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

§2° Na hipótese de não haver novo lances na forma estabelecida no caput e no §1°, a sessão pública será encerrada automaticamente.

§3° Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no §1°, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto no parágrafo único do art. 7°, mediante justificativa.

Art. 32° No modo de disputa aberto e fechado de que trata o inciso II do caput do art. 30°, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

§1° Encerrado o prazo previsto no caput, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

§2° Encerrado o prazo de que trata o §1°, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

§3° Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o §2°, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

§4° Encerrados os prazos estabelecidos nos §2° e §3°, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

§5° Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos §2° e §3°, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, após esta etapa, o disposto no §4°.

§6° Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda as exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no §5.

Art. 33° Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

Art. 34° Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada comente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sitio eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 35° Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2° do art. 3° da Lei n° 8.666/1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.

Art. 36° os critérios de desempate serão aplicados nos termos do art. 35, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

Parágrafo Único – Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

CAPÍTULO IX

DO JULGAMENTO

Art. 37° Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

§1° A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

§2° O instrumento convocatório deverá estabelecer prazo de, no mínimo 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro no sistema, para envio da proposta e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado após a negociação de que trata o caput.

Art. 38° Encerrada a etapa de negociação de que trata o art. 38°, o pregoeiro examinara a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7° e no §9° do art. 25°, e verificara a habilitação do licitante conforme disposições do edital, observado o disposto no capítulo X.

CAPÍTULO X

DA HABILITAÇÃO

Art. 39° Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- I- À habilitação jurídica;
- II- À qualificação técnica;
- III- À qualificação econômico-financeira;
- IV- À regularidade fiscal e trabalhista;
- V- À regularidade fiscal perante as Fazendas Públicas Estaduais, Distrital e Municipais, quando necessário; e
- VI- Ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7° da Constituição e no inciso XVIII do caput do art. 78 da Lei n° 8.666/1993.

Art. 40° Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, devidamente traduzidos.

Parágrafo Único – Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos de que trata o caput serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto do Decreto n° 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

Art. 41° Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidas:

- I- A comprovação de existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação de empresa líder, que atenderá às condições de liderança estabelecidas no edital e representara aos consorciados perante o Consórcio;
- II- A apresentação de documentação de habilitação especificado no edital por empresa consorciada;

- III- A comprovação de capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada empresa consorciada, na forma estabelecida no edital;
- IV- A demonstração, por cada empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;
- V- A responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas etapas da licitação e durante a vigência do contrato;
- VI- A obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I; e
- VII- A constituição e o registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Art. 42° A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, quando os procedimentos licitatórios forem realizados por órgãos ou entidades integrantes do SISG ou por aqueles que aderirem ao SICAF.

§1° Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados nos termos do disposto do art. 25.

§2° Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro o sistema eletrônico, observado o prazo disposto no §2° do art. 37.

§3° A verificação pelo órgão pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais dos órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

§4° Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

§5° Na hipótese de contratação de serviços comuns em que a legislação ou o edital exija apresentação de planilha de composição de preços, esta deverá ser encaminhada exclusivamente via sistema, no prazo fixado no edital, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

§6° No pregão, na forma eletrônica, realizado pelo sistema de registro de preços, quando a proposta do licitante vencedor não atender ao quantitativo total estimado para contratação, poderá ser convocada a quantidade de licitantes necessária para alcançar o total estimado, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora, precedida de posterior habilitação, nos termos do disposto no capítulo X.

§7° A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista de microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos do disposto no art. 4° do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015.

§8° Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

CAPÍTULO XI

DO RECURSO

Art. 43° Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

§1° As razões do recurso de que trata o caput deverão ser apresentadas no prazo de três dias.

§2° Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias, contado da data final do prazo de recorrente, assegurada vista imediata dos elementos

indispensáveis à defesa dos seus interesses.

§3º A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no caput, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

§4º O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

CAPÍTULO XII

DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

Art. 44º Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 12º.

Art. 45º Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 15º.

CAPÍTULO XIII

DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

Art. 46º O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar e erros ou falhas que não alterem a substância das propostas dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo Único – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

CAPÍTULO XIV

DA CONTRATAÇÃO

Art. 47º Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido no edital.

§1º Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pela licitante durante a vigência do contrato ou ata de registro de preços.

§2º Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 48º.

§3º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, permitida a fixação de prazo diverso no edital.

CAPÍTULO XV

DA SANÇÃO

Art. 48° Ficará impedido de licitar e de contratar com o Consórcio e será descredenciado do SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito a ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de suas propostas:

- I- Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- II- Não entregar a documentação exigida no edital;
- III- Apresentar documentação falsa;
- IV- Causar o atraso na execução do objeto;
- V- Não manter a proposta;
- VI- Falhar na execução do contrato;
- VII- Fraudar a execução do contrato;
- VIII- Comportar-se de modo inidôneo;
- IX- Declarar informações falsas; e
- X- Cometer fraude fiscal.

§1° As sanções descritas no caput também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso sem justificativa recusada pela administração pública.

§2° As sanções serão registradas e publicadas no SICAF.

CAPÍTULO XVI

DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

Art. 49° A autoridade competente para homologar o procedimento licitatório de que trata esta Resolução poderá revoga-lo somente em razão de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anula-lo por ilegalidade, de ofício ou por provação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

Parágrafo Único – Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 50° Os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 51° Os participantes da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido nesta Resolução e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

Art. 52° O Consórcio fará uso de sistema eletrônico do governo federal com autorização deste e mediante celebração de contrato/termo de acesso.

Art. 53° As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

Art. 54° Os arquivos e registros digitais relativos ao processo licitatório permanecerão à disposição dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 55° O consórcio poderá citar normas complementares ao disposto nesta Resolução e disponibilizar informações adicionais, em meio eletrônico.

Art. 56° Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

São Miguel do Oeste, 08 de setembro de 2020.

Renato Paulata
Presidente do Consórcio

Registre-se e Publique-se,

Ana Paula Muller
Agente Administrativa